ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL MÉDIO – TARDE

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL III

ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROVA OBJETIVA
TIPO 2 (VERDE)

SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o seu caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-lo.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- O candidato, durante a realização da prova, será submetido ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários.

Boa prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

Atenção: o texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Problemas do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, com sua mistura de beleza natural, cultura vibrante e complexidade urbana, enfrenta uma série de desafios que afetam o dia a dia dos seus moradores. Nos últimos tempos, três questões têm se destacado como as principais preocupações da população: a violência urbana, o transporte público e a saúde pública.

A violência continua sendo um dos principais problemas no Rio de Janeiro. Assaltos, tiroteios e conflitos em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias criam um cenário de insegurança. Além disso, a criminalidade tem impactos diretos na economia local, afetando o turismo, os negócios e a qualidade de vida da população.

As soluções para isso são:

Investimento em Segurança Pública: aumentar o número de policiais nas ruas, melhorando o treinamento e a capacitação, e fornecendo equipamentos adequados. Focar em inteligência policial para combater as redes de tráfico e milícias.

Fortalecimento das Políticas Sociais: a violência urbana não pode ser combatida apenas com repressão. É essencial investir em educação, cultura e oportunidades de emprego, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, para reduzir a entrada de jovens no crime.

Policiamento Comunitário: implementar o policiamento comunitário que promova uma relação de confiança entre os cidadãos e as forças de segurança, incentivando a denúncia de crimes e colaborando na prevenção.

(Evandro Brasil, 24/11/2024)

1

Infere-se do segmento "*Nos últimos tempos, três questões têm se destacado como as principais preocupações da população: a violência urbana, o transporte público e a saúde pública*." que

(A) essas preocupações são decorrentes de pesquisas sociais.
(B) as três preocupações citadas estão em ordem de importância.
(C) o autor do texto selecionou, entre outras, as preocupações citadas.
(D) as preocupações citadas estão incluídas no setor econômico e social.
(E) o desenvolvimento do texto vai ocupar-se somente da mais importante das preocupações citadas.

2

Leia o segmento a seguir.

Focar em inteligência policial para combater as redes <u>de</u> tráfico e milícias.

Nesse caso, a preposição <u>de</u> indica tipo.

Assinale a frase a seguir em que a preposição <u>de</u> destacada mostra valor de causa.

(A) "Tinha vindo <u>de</u> importuno a oportuno." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(B) "Jorge sentiu a pressão de uns dedos <u>de</u> ferro." (*Iaiá Garcia*)
(C) "Agradeci-lho <u>de</u> joelhos." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(D) "Morri <u>de</u> uma pneumonia." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(E) "Era o meu gato sultão, que brincava à porta da alcova com uma bola <u>de</u> papel." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

3

O Texto pode ser classificado como

(A) *normativo*, pois traz indicações para que os problemas do Rio sejam solucionados.
(B) *publicitário*, já que traz indicações positivas da natureza do Rio a fim de atrair turistas.
(C) *didático*, visto que procura ensinar aos leitores como identificar os problemas cariocas.
(D) *informativo,* pois seleciona no noticiário aspectos interessantes de leitura sobre o Rio.
(E) *exortativo*, já que se propõe a exortar os cariocas a se defenderem dos problemas que os afligem.

4

Leia o fragmento a seguir.

A violência continua sendo um dos principais problemas no Rio de Janeiro. Assaltos, tiroteios e conflitos em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias criam um cenário de insegurança. Além disso, a criminalidade tem impactos diretos na economia local, afetando o turismo, os negócios e a qualidade de vida da população.

As opções a seguir analisam, corretamente, o conteúdo e a estruturação desse fragmento, ***<u>à exceção de uma</u>***. Assinale-a.

(A) A violência é vista como um problema constante, que se apresenta com modelos novos na atualidade.
(B) "Assaltos, tiroteios e conflitos" são exemplos que envolvem brigas entre traficantes de drogas e milicianos.
(C) O turismo e os negócios são exemplos da economia local afetados pela violência.
(D) "Violência" é um substantivo abstrato, que se materializa por "assaltos, tiroteios e conflitos".
(E) A segurança pública é essencial para mitigar os efeitos negativos da criminalidade sobre a economia e o turismo.

5

Assinale a opção que apresenta a estruturação e significação observada nos três últimos parágrafos do texto.

(A) Evidencia-se a sugestão de soluções para o problema da violência no Rio de Janeiro.
(B) A palavra inicial de cada sugestão é um substantivo concreto – investimento, fortalecimento e policiamento – explicado a seguir.
(C) A indicação das sugestões é fundamentada no princípio de autoridade das pesquisas e dos estudos.
(D) Toda sugestão inicial dos três parágrafos é seguida de sua definição.
(E) Há nítido paralelismo estrutural nos três parágrafos finais.

6

Leia o segmento a seguir.

Policiamento Comunitário: implementar o policiamento comunitário que promova uma relação de confiança entre os cidadãos e as forças de segurança...

Nesse segmento, como em outros do Texto, há o emprego de infinitivo, assim como nas frases apresentadas a seguir.

Assinale a opção que apresenta a frase em que essa forma verbal mostra sentido passivo.

(A) "Ouviu bater oito horas. Daí a pouco entrariam provavelmente Pedro e Paulo." (*Esaú e Jacó*)
(B) "Helena deixou-se cativar desse sentimento de abstenção e elevação." (*Helena*)
(C) "A luz batia de chapa no rosto da moça; Félix viu tremerem-lhe duas lágrimas nos olhos..." (*Ressurreição*)
(D) "Vi passarem os primeiros dias da separação, duros e opacos." (*Dom Casmurro*)
(E) "O próprio som do piano, que fez calar todos os rumores, não o atraiu à terra." (*Quincas Borba*)

7

Todas as palavras sublinhadas nas frases abaixo contêm a letra X.

Assinale a opção que apresenta a palavra em que essa letra deve ser pronunciada como CH.

(A) *O retorno imediato do lixo tóxico determinado atendia pedido do delegado que preside o inquérito policial*. (Folha de São Paulo, 31/07/2009)
(B) *Além disso, "as reformas dos mercados de trabalho contribuirão para um processo adequado de fixação de salários e para a mobilidade geográfica e setorial"*. (Folha de São Paulo, 09/07/2009)
(C) *Por isso, é lógico que alguém prolixo ultrapasse o tempo previsto*. (Exame, 09/10/2018)
(D) *Um anúncio encomendado por uma organização que defende a legalização e taxação da maconha está causando polêmica nos Estados Unidos*. (Folha de São Paulo, 10/07/2009)
(E) *Sites que remetem a estudos e perguntas vinculadas à sexualidade serão acessíveis somente aos profissionais da saúde e aos pesquisadores*. (Folha de São Paulo, 30/06/2009)

8

Todas as frases a seguir mostram palavras de origem inglesa (anglicismos), frequentes em nosso vocabulário.

Assinale a frase em que o anglicismo empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

(A) No grupo, àquela hora, havia muitos participantes *online*. / abordando o mesmo tema.
(B) O serviço de *delivery* funciona diariamente em São Paulo. / de alimentação.
(C) Mandei um *e-mail* de agradecimento a todos os participantes do grupo. / correio eletrônico.
(D) A música *country* não agrada a todos os públicos. / tradicional.
(E) Os restaurantes cariocas servem *drinks* variados. / uísques.

9

Leia a frase a seguir.

Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em uma palavra), porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens.

Padre Antônio Vieira, Os Sermões. Ed. Lello & Irmão.

Sobre as palavras sublinhadas na frase, assinale a afirmativa correta.

(A) As palavras sublinhadas são exemplos de classes gramaticais diferentes.
(B) As palavras sublinhadas mostram as mesmas classes gramaticais e os mesmos significados.
(C) O substantivo abstrato, ao ser colocado no plural, torna-se concreto.
(D) A pluralização do termo sublinhado traz consigo uma valorização semântica.
(E) Enquanto o singular se refere a um só objeto, a forma plural se refere à totalidade dos objetos.

10

Assinale a opção que apresenta a frase em que a expressão sublinhada está corretamente empregada.

(A) Não podemos prender as pessoas que, por ventura, discordem de nossas opiniões políticas.
(B) O governo da Ucrânia parece não estar afim de terminar a guerra com a Rússia.
(C) A secretaria do curso disse estar no aguardo de instruções da diretoria.
(D) O Congresso, por meio de seu presidente, declarou estar ao par do assunto.
(E) O secretário do partido esteve a ponto de ser reeleito.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Um assessor administrativo está analisando o projeto de reforma do pátio interno da repartição, que tem o formato de um retângulo perfeito com 8 metros de largura e 15 metros de comprimento.

Atualmente, para ir do portão de entrada (localizado em um vértice) até o refeitório (localizado no vértice oposto), os funcionários precisam caminhar pelas calçadas laterais, contornando o gramado, percorrendo assim a largura e depois o comprimento do pátio.

O novo projeto prevê a construção de uma passarela em linha reta, atravessando o gramado pela diagonal, conectando diretamente o portão ao refeitório.

Ao comparar o trajeto antigo (pelas laterais) com o novo trajeto proposto (pela diagonal), o assessor percebe que a reforma propiciará a esse trajeto uma economia de

(A) 5 metros.
(B) 6 metros.
(C) 7 metros.
(D) 17 metros.
(E) 23 metros.

12

Durante um ciclo de avaliação de desempenho individual, um servidor foi submetido a um teste prático que consistia na análise de 50 processos complexos.

O critério de pontuação estabelecido pela banca examinadora foi o seguinte: para cada análise correta, o servidor soma 5 pontos; para cada análise incorreta, são descontados 2 pontos da nota.

Ao final da correção de todos os 50 processos, a pontuação final obtida pelo servidor foi de 173 pontos.

A quantidade de processos que esse servidor analisou ***incorretamente*** corresponde a um número múltiplo de

(A) 3.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 7.
(E) 11.

13

Em uma gaveta do setor de protocolo, encontram-se misturados 11 processos administrativos. Sabe-se que 7 desses processos estão com a documentação completa e correta, enquanto os outros 4 processos possuem pendências e deveriam ter sido separados.

Um auditor retira dessa gaveta, aleatoriamente e de uma só vez, dois desses processos.

A probabilidade de que pelo menos um deles possua pendência é de

(A) 34/55.
(B) 6/55.
(C) 7/11.
(D) 4/11.
(E) 4/7.

14

O teto retangular de um salão (11 m $\times$ 8 m) é representado no 1º quadrante de um plano cartesiano, com seu lado maior sobre o eixo das abscissas e o menor sobre o das ordenadas. Dois sensores são instalados nos pontos de coordenadas (2,2) e (9,7).

O cabo que conecta os sensores deve sair do primeiro ponto até atingir qualquer uma das quatro bordas do teto perpendicularmente, percorrer parte dessa borda e, em seguida, sair perpendicularmente dessa mesma borda até atingir o segundo ponto.

A extensão mínima de cabo necessária para cumprir essas condições é de

(A) 20 m.
(B) 18 m.
(C) 16 m.
(D) 14 m.
(E) 13 m.

15

Um assistente administrativo precisa agendar um treinamento para os novos estagiários da repartição. Para realizar esse agendamento, ele deve escolher um dia da semana, um turno e um instrutor, respeitando as seguintes condições:

- dias disponíveis: segunda-feira, quarta-feira ou sexta-feira;
- turnos disponíveis: manhã ou tarde;
- instrutores disponíveis: Ana, Bruno ou Cléa.

No entanto, existem restrições para o agendamento: o instrutor Bruno não pode ministrar treinamentos às sextas-feiras e Cléa não pode fazê-los pela manhã.

Considerando essas condições, assinale a opção que indica de quantas maneiras diferentes o assistente pode agendar esse treinamento.

(A) 12.
(B) 13.
(C) 15.
(D) 16.
(E) 18.

16

Um técnico administrativo foi encarregado de digitalizar um lote de documentos antigos, ao longo de 15 dias de trabalho. Ele organizou a tarefa de modo que a quantidade de documentos digitalizados aumentasse em um número fixo a cada dia.

Sabe-se que no primeiro dia de trabalho ele digitalizou 20 documentos e, no último, ele finalizou a tarefa digitalizando 76 documentos.

Considerando que o aumento diário de produção foi constante, ao longo desse período, o total de documentos digitalizados por esse técnico foi de

(A) 300.
(B) 420.
(C) 720.
(D) 1.140.
(E) 1.440.

17

Considere que a afirmação a seguir, sobre os servidores de certa repartição pública, é verdadeira.

Todo servidor com estabilidade funcional que trabalha no atendimento ao público fala inglês fluentemente.

A partir dessas premissas, é logicamente correto concluir que

(A) todo servidor dessa repartição fala inglês fluentemente.
(B) todo servidor dessa repartição que fala inglês fluentemente trabalha no atendimento ao público.
(C) todo servidor dessa repartição que tem estabilidade trabalha no atendimento ao público.
(D) um servidor dessa repartição que não fale inglês fluentemente não tem estabilidade funcional e não trabalha no atendimento ao público.
(E) um servidor dessa repartição que não fale inglês fluentemente não tem estabilidade funcional ou não trabalha no atendimento ao público.

18

Um coordenador de almoxarifado precisa organizar a transferência de materiais para um novo depósito. Com a frota atual de 4 empilhadeiras, é possível transportar um lote padrão de mercadorias em 6 dias de trabalho.

Para a próxima etapa da mudança, o volume de mercadorias a ser transportado é o triplo do lote padrão. Além disso, devido à inauguração do novo prédio, a diretoria determinou que todo esse trabalho deve ser finalizado em apenas 3 dias.

O número total de empilhadeiras necessário para cumprir essa nova meta, considerando que todas possuem o mesmo rendimento, é

(A) 6.
(B) 8.
(C) 12.
(D) 24.
(E) 32.

19

Analice, Berenice e Candice trabalham em departamentos diferentes de uma repartição: Recursos Humanos, Financeiro e Logística. Elas usam crachás de cores diferentes: amarelo, branco e cinza.

Sabe-se que:

- aquela que trabalha no Financeiro usa crachá cinza;
- Analice usa crachá amarelo;
- Candice não trabalha na Logística e não usa crachá cinza.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

(A) Analice trabalha no Financeiro.
(B) Berenice trabalha na Logística.
(C) Candice trabalha nos Recursos Humanos.
(D) quem usa crachá branco trabalha na Logística.
(E) quem usa crachá amarelo trabalha nos Recursos Humanos.

20

O setor de compras de um órgão público recebeu uma proposta para a aquisição de um lote de cadeiras ergonômicas. O fornecedor apresentou as seguintes condições de pagamento:

- preço para pagamento à vista: R$ 4.000,00;
- preço para pagamento a prazo: entrada de R$ 800,00 no ato da compra e uma parcela única de R$ 3.584,00 a ser paga um mês após o ato.

Um assistente administrativo precisa lançar no sistema a taxa de juros mensal efetiva que está sendo cobrada nessa operação a prazo.

A taxa correta a ser registrada é de

(A) 9,6%.
(B) 10,0%.
(C) 12,0%.
(D) 24,4%.
(E) 48,0%.

Noções de Informática

21

Um pesquisador da Assembleia Legislativa precisa encontrar todas as notícias publicadas sobre um determinado projeto de lei na última semana, mas ele deseja excluir resultados que contenham a palavra "veto".

Em relação aos mecanismos de busca populares, como o Google, o operador lógico ou o símbolo comumente usado para excluir resultados que contenham um termo específico da pesquisa, é o

(A) símbolo de aspas (" ").
(B) operador AND.
(C) sinal de subtração (-).
(D) sinal de adição (+).
(E) operador OR.

22

Um servidor da ALERJ necessita enviar uma mensagem eletrônica contendo informações confidenciais ao seu superior hierárquico. Adicionalmente, deseja encaminhar uma cópia dessa mensagem a um colega de trabalho, apenas para ciência. Contudo, é importante que o chefe e os demais destinatários não tenham conhecimento de que esse colega recebeu a mensagem.

Nesse contexto, assinale a opção que mostra o campo de endereçamento do *e-mail* que deve ser usado para inserir o endereço do colega, de modo que ele receba a cópia de forma oculta, mas sem que seu endereço eletrônico seja visível aos demais destinatários.

(A) Para (To).
(B) Assunto (Subject).
(C) Cópia Carbono (CC).
(D) Cópia Cega (CCO / BCC).
(E) Cópia (C).

23

A equipe de gabinete de um parlamentar usa o *Google Drive* para armazenar e compartilhar documentos.

Um servidor precisa criar um documento de texto no *Documentos Google* e garantir que seu chefe possa apenas visualizar o conteúdo, sem poder fazer alterações.

Ao compartilhar o arquivo no *Google Drive*, o nível de permissão que deve ser concedido ao chefe, para que ele possa ler o conteúdo do documento mas não possa editá-lo ou compartilhá-lo com terceiros, é o acesso de

(A) Editor.
(B) Comentarista.
(C) Leitor-Colaborador.
(D) Proprietário.
(E) Visualizador.

24

O setor de TI da ALERJ usa o Microsoft Teams para coordenar o trabalho em projetos. Eles criaram um time para o projeto chamado "Modernização da Rede" e desejam organizar as discussões sobre tópicos específicos, como *hardware*, *software* e documentação.

Sobre a estrutura de um time no Microsoft Teams, assinale a opção que indica o recurso usado para organizar conversas, arquivos e ferramentas relacionadas a um tópico ou a uma área de trabalho específica dentro do projeto.

(A) *Chat* Pessoal.
(B) Guia Arquivos (*Files Tab*).
(C) Chat de Grupo.
(D) Canal (*Channel*).
(E) Reunião (*Meeting*).

25

Durante a execução de atividades rotineiras, um estagiário da Assembleia Legislativa necessita alternar rapidamente entre diversos documentos e janelas abertas no ambiente do sistema operacional MS-Windows 10 ou superior. Para tanto, precisa, em determinado momento, visualizar a área de trabalho sem encerrar os aplicativos em uso, bem como copiar um trecho de texto de um documento e inseri-lo em outro por meio da área de transferência.

Nesse contexto, assinale a opção que indica, respectivamente, o atalho de teclado que permite minimizar instantaneamente todas as janelas abertas para a exibição da área de trabalho e o atalho padrão usado para colar o conteúdo armazenado na área de transferência.

(A) Visualizar a área de trabalho: `Alt + F4`. / Colar: `Ctrl + P`.
(B) Visualizar a área de trabalho: `Windows + D`. / Colar: `Ctrl + V`.
(C) Visualizar a área de trabalho: `Ctrl + Esc`. / Colar: `Ctrl + C`.
(D) Visualizar a área de trabalho: `Windows + E`. / Colar: `Ctrl + S`.
(E) Visualizar a área de trabalho: `Alt + Tab`. / Colar: `Ctrl + X`.

26

Para otimizar a alocação de recursos e prever picos de demanda no *data center* da Assembleia Legislativa, a equipe de TI implementou um modelo de IA capaz de analisar dados históricos de uso da CPU, memória e tráfego de rede e de fazer previsões futuras sem ter sido explicitamente programado para cada cenário de previsão.

Assinale a opção que apresenta o campo da Inteligência Artificial que se concentra em permitir que os sistemas aprendam com dados e aprimorem suas tarefas sem serem explicitamente programados para cada nova situação.

(A) Processamento de Linguagem Natural (NLP).
(B) Virtualização de Servidores.
(C) Mineração de Dados.
(D) Aprendizado de Máquina.
(E) Internet das Coisas.

27

A Assembleia Legislativa adotou ferramentas de IA generativa para auxiliar na redação de minutas de projetos de lei e na geração de resumos de grandes documentos. O uso dessas ferramentas impõe um desafio ético, pois as informações geradas, embora úteis, podem conter imprecisões ou vieses.

No que tange à ética e à governança no uso de ferramentas de IA no ambiente de trabalho, assinale a opção que indica o princípio de responsabilidade inalienável e fundamentalmente estabelecido para o usuário final que utiliza o conteúdo gerado pela máquina.

(A) O *token* de contexto da IA é o único responsável pela factualidade da informação, desde que a fonte de dados seja validada.
(B) A responsabilidade pela verificação, edição e validação do conteúdo é transferida para o algoritmo da IA quando ele é implementado pela instituição.
(C) O responsável legal e ético pelo resultado final da informação e por suas consequências é sempre o usuário humano, que deve aplicar seu julgamento profissional e *fact-checking*.
(D) A responsabilidade é automaticamente delegada ao fornecedor do *software* de IA por ser o detentor dos dados de treinamento.
(E) O uso de IA nas tarefas administrativas dispensa a verificação humana, pois a taxa de erro da IA é inferior à média humana.

28

Um servidor da Assembleia Legislativa necessita localizar rapidamente um aplicativo específico no MS-Windows 10 ou superior, sem usar o *mouse* ou navegar pelos menus do sistema.

Assinale a opção que indica o atalho de teclado padrão que permite abrir diretamente a função de pesquisa, possibilitando a digitação do nome do aplicativo ou do arquivo a ser localizado.

(A) `Ctrl + Alt + Del`
(B) `Alt + F4`
(C) `Windows + S`
(D) `Ctrl + P`
(E) `Windows + E`

29

O setor de Orçamento da Assembleia Legislativa usa o MS-Excel (BR) para consolidar os valores gastos anualmente em várias categorias.

Os valores de cinco meses consecutivos estão nas células C2, C3, C4, C5 e C6, e o total deve ser calculado em C7.

Assinale a opção que indica a função básica do MS-Excel (BR) que deve ser usada na célula C7 para calcular a soma total de todos os valores contidos no intervalo de células C2:C6.

(A) =SOMA(C2:C6)
(B) =MÉDIA(C2:C6)
(C) =CONT.VALORES(C2:C6)
(D) =SE(C2:C6; "Total")
(E) =VALOR(C2:C6)

30

Um parlamentar está revisando sua apresentação final no PowerPoint e percebe que precisa adicionar notas de apoio ao seu discurso, que não devem aparecer na tela para o público, mas devem estar visíveis para ele durante a exibição. Além disso, ele quer ver todos os *slides* em miniatura para reordená-los rapidamente.

Assinale a opção que indica o componente da estrutura do *powerpoint* usado para adicionar notas privadas, e o modo de exibição que permite ver todos os *slides* em miniatura para fácil reordenação, respectivamente.

(A) Painel de Anotações. / Classificador de *Slides.*
(B) Guia Comentários. / Modo de Leitura.
(C) Marcadores. / Modo Estrutura de Tópicos.
(D) Cabeçalho e Rodapé. / Modo Apresentação.
(E) Painel de anotações. / Modo Normal.

Legislação Específica

31

Em um setor administrativo da Assembleia Legislativo do Estado de Rio de Janeiro, foi constatado por Maria, servidora ocupante de cargo em comissão lotada no referido setor, a existência de fato funcional contrário ao interesse público ocorrido em outro setor dessa estrutura de poder.

Sobre o caso apresentado, à luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

(A) Maria deve comunicar imediatamente a seus superiores a ocorrência do fato funcional.
(B) Maria deve se abster de formular qualquer juízo de valor em relação ao fato funcional, considerando a sua total desconexão com o setor de Maria.
(C) Maria tem a faculdade de comunicar o ocorrido à autoridade imediatamente superior aos dois setores, o que ocupa, e o outro, em que ocorreu o fato.
(D) Maria deve comunicar o seu conhecimento do fato aos servidores envolvidos e, na hipótese de não solução do problema, comunicá-lo ao superior hierárquico.
(E) Maria deve comunicar o fato à autoridade competente, ainda que não desenvolva atividade correcional, desde que haja recomendação do setor nesse sentido.

32

Após regular processo administrativo, constatou-se que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito de determinado órgão da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, tinha uma conduta de incontinência pública e escandalosa, além de se dedicar à prática de jogos proibidos, fora do ambiente de trabalho.

Na situação descrita, concluiu-se corretamente que se trata de conduta

(A) à qual é cominada a sanção de demissão.
(B) à qual é cominada a sanção de suspensão.
(C) à qual é cominada a sanção de repreensão.
(D) à qual é cominada a sanção de advertência.
(E) afeta à vida privada de João, que pode acarretar a responsabilização em outras instâncias que não a administrativa.

33

O cônjuge de Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, faleceu. Muito abalado, Pedro comunicou o ocorrido ao seu superior hierárquico e o questionou sobre a possibilidade de deixar de comparecer alguns dias ao serviço, de modo que pudesse adotar as providências necessárias em situações dessa natureza e reorganizar a rotina dos filhos. Essa ausência de comparecimento se daria sem prejuízo do vencimento, dos direitos e das vantagens.

O superior hierárquico esclareceu corretamente que, consoante a sistemática do Decreto nº 2.479/1979,

(A) Pedro pode faltar por até cinco dias úteis e consecutivos.
(B) Pedro pode faltar por até oito dias consecutivos, computados os sábados, domingos e feriados.
(C) a falta ao serviço pressupõe que Pedro requeira, e tenha deferida, a licença nojo por até cinco dias.
(D) a concessão de abonos para as faltas é possível, tratando-se de ato discricionário do superior hierárquico.
(E) a falta ao serviço, por motivo de interesse pessoal, como na situação descrita, acarretará descontos no vencimento.

34

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi posta em disponibilidade em razão da extinção do cargo que ocupava, o que se deu com estrita observância da sistemática legal. Em momento posterior, Maria retornou ao serviço público em cargo de natureza e vencimento compatíveis com os do cargo anteriormente ocupado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que ocorreu

(A) a readaptação de Maria.
(B) a reintegração de Maria.
(C) a transferência de Maria.
(D) o aproveitamento de Maria.
(E) necessariamente, a prévia aprovação de Maria em novo concurso público.

35

Maria, servidora em atuação junto à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, recebeu a informação de que a Proposição Legislativa nº X (PLX) teve reconhecida, mediante deliberação do Plenário, a primazia na votação sobre outras proposições.

De acordo com o Regimento interno da ALERJ, é correto afirmar que a PLX

(A) possui preferência.
(B) possui tramitação especial.
(C) tramita em regime de urgência.
(D) é de autoria do Poder Executivo.
(E) tramita em regime de prioridade.

36

Pedro, servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), foi instado a encaminhar determinado expediente a uma comissão temporária dessa Casa Legislativa.

Após analisar o Regimento Interno da ALERJ, Pedro concluiu, corretamente, que a referida comissão somente pode ser

(A) de urgência, de análise ou de prioridade.
(B) de inquérito, de julgamento ou de análise.
(C) de representação, especial ou de inquérito.
(D) de mérito, de representação e de prioridade.
(E) de constituição e justiça, de orçamento e de mérito.

37

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), com estrita observância dos balizamentos regimentais, expediu aviso aos parlamentares contendo detalhamento sobre a realização de sessão preparatória, o que atrai a incidência de um regramento próprio.

De acordo com o Regimento Interno da ALERJ, é correto afirmar que as referidas sessões

(A) são realizadas somente no início de cada legislatura.
(B) devem anteceder as sessões ordinárias e as extraordinárias.
(C) são de realização facultativa, conforme deliberado pela Mesa.
(D) somente são realizadas em momento imediatamente anterior às sessões extraordinárias.
(E) devem anteceder a primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura.

38

Joana, após regular aprovação em concurso público, tomou posse em cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com vinte e quatro meses na carreira, exercendo regularmente suas funções, Joana obteve desenvolvimento na carreira, passando para o índice subsequente do mesmo nível.

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Plano de Carreira instituído pela Resolução nº 590/1994 da ALERJ, que ocorreu

(A) a promoção de Joana.
(B) a progressão de Joana.
(C) a passagem de Joana para a classe subsequente da carreira.
(D) o desenvolvimento funcional de Joana com base na antiguidade.
(E) o desenvolvimento funcional de Joana com base no merecimento.

39

Em determinada legislatura, alguns Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) iniciaram estudos com o objetivo de verificar a conveniência de serem promovidas alterações na sistemática constitucional afeta à exploração do serviço local de gás natural.

Analisando a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, eles concluíram que o referido serviço, na forma da lei,

(A) pode ser explorado mediante concessão, desde que a uma empresa pública.
(B) pode ser explorado mediante concessão, desde que a uma sociedade de economia mista.
(C) pode ser explorado diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro ou mediante concessão.
(D) somente pode ser explorado pelos municípios, diretamente ou mediante permissão ou concessão.
(E) pode ser explorado pelo Estado do Rio de Janeiro ou pelos municípios se houver autorização da União.

40

Joana, servidora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), preencheu os requisitos exigidos para a percepção da vantagem de natureza especial denominada de adicional de qualificação.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Resolução ALERJ nº 590/1994, é correto afirmar que Joana

(A) tem no mínimo vinte e cinco anos de serviço na ALERJ.
(B) ocupa o quinto índice do nível em que em se encontra.
(C) Completou, com aproveitamento, todos os ciclos do treinamento.
(D) obteve avaliação funcional e grau suficiente estabelecido no regulamento.
(E) fará jus ao percentual de 10% sobre o valor do último índice do nível em que está localizada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Direito Administrativo

41

Isabel, servidora pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, foi questionada por certo parlamentar acerca das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021.

Diante de tais circunstâncias, assinale a opção que indica corretamente uma modalidade de licitação.

(A) Credenciamento.
(B) Diálogo competitivo.
(C) Contratação integrada.
(D) Sistema de registro de preços.
(E) Procedimento de Manifestação de Interesse.

42

Com relação aos elementos dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

(A) A *finalidade* é considerada um elemento discricionário do ato administrativo.
(B) O *motivo* e o *objeto* são sempre elementos vinculados dos atos administrativos.
(C) A *forma* e a *competência* são os principais elementos discricionários do ato administrativo.
(D) A *competência* e a *finalidade* são elementos vinculados do ato administrativo.
(E) A *motivação*, que é sinônimo de motivo, é um elemento discricionário do ato administrativo.

43

Maria, depois de estudar as particularidades atinentes à delimitação do Estado, do Governo e da Administração Pública, concluiu, corretamente, que é um exemplo de ato de governo

(A) a sanção ou veto de uma lei.
(B) a aplicação de uma multa ao particular.
(C) a edição de um decreto regulamentar.
(D) a desapropriação de um bem privado.
(E) o deferimento de uma licença.

44

Avalie as situações a seguir, que envolvem o exercício da função pública.

I. Xisto exerceu a função de jurado.
II. Yara foi contratada temporariamente, após um processo seletivo simplificado, para exercer a atividade de enfermeira, durante o período de uma epidemia, nos termos da legislação local.
III. Zoé foi admitida por concurso público em determinada sociedade de economia mista estadual, submetendo-se ao regime celetista.

São enquadrado(s) como agentes públicos:

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

45

No âmbito da estrutura administrativa, existem as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta, cuja criação é autorizada por lei, que podem realizar atividade econômica em regime não concorrencial.

Assinale a opção que indica corretamente a referida entidade administrativa.

(A) Associação pública.
(B) Autarquia.
(C) Assembleia Legislativa.
(D) Município.
(E) Empresa pública.

46

A respeito dos conceitos e principais aspectos dos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) Apenas podem ser considerados serviços públicos aqueles que forem prestados diretamente pelo Poder Público.
(B) Os serviços públicos não podem ser delegados para particulares, mas tão somente para entidades integrantes da Administração Indireta.
(C) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos.
(D) A prestação de serviços públicos é livre à iniciativa privada, de modo que não é necessária a realização de licitação para fins de delegação de tal atividade.
(E) O serviço público que envolve a cobrança de tarifas dos usuários não poderá ser delegado para particulares.

47

Luiz, servidor público estável no cargo de especialista legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em seu momento de descanso, ficou irritado com o alarme de um carro que disparou embaixo de sua janela.

Totalmente descontrolado, Luiz se dirigiu ao veículo levando o taco de beisebol de seu filho, com o qual deu inúmeras pancadas no veículo, até que o som parasse, sendo certo que o automóvel ficou severamente avariado.

Em razão disso, Marcelo, dono do veículo, está analisando a possibilidade de obter a responsabilização civil do Estado em decorrência da conduta de Luiz, que é servidor público.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O Estado deve responder objetivamente pela conduta de Luiz, considerando que ele é servidor público, tendo em vista a teoria do risco integral.
(B) Luiz responde objetivamente pela conduta praticada apenas em ação de regresso, caso haja a responsabilização civil do Estado pelos danos por ele ocasionados.
(C) Os elementos caracterizadores da responsabilidade objetiva do Estado não estão configurados na situação em análise, pois Luiz não estava na qualidade de agente público.
(D) Tanto Luiz quanto o Estado respondem objetivamente pelos danos ocasionados, com base na teoria do risco administrativo.
(E) Em razão de Luiz não estar no exercício de suas atribuições, o Estado responde subjetivamente pelos danos por ele causados.

48

Certo órgão público competente, mediante a devida análise e providências, adotou medidas administrativas para suprimir formalidades de certo processo administrativo voltado para o deferimento de ato vinculado, com vistas a otimizar as suas atividades, conferindo maior agilidade e melhor atendimento à coletividade, medidas que foram adotadas dentro dos parâmetros legais, sem adicional de custos.

Analisando a mencionada situação hipotética à luz dos princípios administrativos correlatos, assinale a afirmativa correta.

(A) A situação aventada implementa o princípio da *eficiência*, considerando que melhora o rendimento funcional em prol do interesse público.

(B) A hipótese narrada viola o princípio da *impessoalidade*, que exige a imposição de burocracias, a fim de resguardar o interesse público.

(C) O caso descrito afronta o princípio da *legalidade*, na medida em que a Administração somente pode atuar mediante a edição de lei específica para tal finalidade.

(D) As circunstâncias delimitadas indicam a concretização do princípio da *supremacia do interesse público*, expresso na Constituição da República.

(E) O cenário detalhado implica em violação ao princípio da *publicidade*, que é ínsito à morosidade da atividade administrativa.

49

Lucila, no exercício de suas atribuições como servidora pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, praticou determinada conduta elencada dentre aquelas que caracterizam ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.

Preocupada com as consequências de sua conduta, Lucila passou a analisar as peculiaridades da respectiva esfera de responsabilização, bem como as penalidades que poderiam ser aplicadas pela configuração do aludido ato de improbidade administrativa, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa).

A respeito dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A pena de reclusão pode resultar da ação de improbidade ajuizada perante o Juízo competente.

(B) Os atos de improbidade têm natureza penal, de modo que a respectiva ação deve seguir o rito estabelecido para o processo penal, perante o Juízo competente.

(C) A sanção de suspensão de direitos políticos é a única que pode ser aplicada na via administrativa, de modo que as demais penalidades e o ressarcimento ao erário dependem do ajuizamento da ação de improbidade.

(D) As penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas pela autoridade administrativa competente, em decorrência de processo administrativo de responsabilização.

(E) A ação de improbidade ajuizada perante o Juízo competente poderá resultar na aplicação da penalidade de perda da função pública.

50

No processo administrativo, o princípio que possibilita à Administração Pública dar prosseguimento ao processo, mesmo que haja a desistência por parte do administrado responsável por sua instauração, caso envolva uma questão de interesse público, é o

(A) princípio burocrático.

(B) princípio da oficialidade.

(C) princípio da consensualidade.

(D) princípio da paridade de armas.

(E) princípio da proteção da confiança legítima.

51

Ariele é servidora estável, ocupante do cargo de especialista legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Recentemente, as autoridades competentes tomaram conhecimento de que ela tem, reiteradamente, faltado ao trabalho, sem apresentar qualquer justificativa, razão pela qual pretendem adotar as medidas pertinentes para a aplicação de sanção administrativa em decorrência de tais fatos.

No que concerne ao poder/prerrogativa da Administração de aplicar penalidade à servidora, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se do exercício do *poder disciplinar*, devendo ser respeitado o devido processo legal para a aplicação de penalidade.

(B) Trata-se do exercício do *poder de polícia*, considerando que pode ser aplicada multa em razão da falta funcional cometida.

(C) Trata-se do exercício do *poder regulatório,* na medida em que a situação de Ariele está submetida ao estatuto próprio dos servidores.

(D) Trata-se do exercício do *poder hierárquico*, que, em razão da sujeição especial de Ariele, independe de prévio conhecimento e da possibilidade de manifestação da servidora.

(E) Trata-se do exercício do *poder regulamentar*, considerando que à Ariele apenas podem ser aplicadas as penalidades previstas no respectivo regulamento.

52

Considere a caracterização das seguintes situações:

I. Fortuito interno.

II. Culpa concorrente da vítima.

III. Fato exclusivo de terceiro.

É correto afirmar que constitui causa atenuante da responsabilidade civil do Estado, que refletirá no cálculo do montante indenizatório, a(s) hipótese(s) descritas em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III, apenas.

53

José é servidor público estável ocupante do cargo de médico junto ao Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, que foi eleito vereador do Município de Saquarema.

Considerando as disposições constitucionais acerca dos agentes públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) José poderá ser investido no mandato de vereador, mas será necessariamente afastado de seu cargo estadual, pois receberá exclusivamente a remuneração atinente ao cargo eletivo.
(B) José apenas poderá ser investido no mandato de vereador se pedir exoneração do cargo estadual, diante da impossibilidade de acumulação de cargos do Executivo e do Legislativo.
(C) José poderá ser investido no mandato de vereador sem a necessidade de se afastar do cargo estadual, caso opte pela remuneração desse último, ainda que não haja compatibilidade de horários.
(D) José somente poderá ser investido no mandato de vereador se pedir exoneração do cargo estadual, considerando a impossibilidade de acumulação de cargos de entes federativos distintos.
(E) José poderá ser investido no mandato de Vereador e, caso exista compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo estadual, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

54

Maria, servidora estável da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, está lotada em órgão de controle interno, razão pela qual passou a aprofundar os seus conhecimentos acerca das peculiaridades e limites para o exercício da autotutela.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

(A) Os atos administrativos dotados de vícios insanáveis devem ser anulados a qualquer tempo por iniciativa da Administração, independentemente da instauração de processo administrativo.
(B) Os atos administrativos vinculados não são passíveis de revogação, podendo, contudo, ser anulados no exercício da autotutela ou por decisão judicial, caso seja comprovada a presença de vícios insanáveis.
(C) A Administração não pode revogar os atos administrativos em decorrência de motivos de conveniência e oportunidade para melhor atender ao interesse público, pois apenas o Judiciário pode determinar tal modalidade de desfazimento do ato administrativo.
(D) A anulação é a modalidade de desfazimento de atos administrativos que não apresentam vícios e não mais se adaptam ao interesse público, não se submetendo ao crivo do Judiciário, que não pode invadir o mérito administrativo.
(E) A verificação de qualquer vício em ato administrativo deve acarretar, necessariamente, a sua revogação pela Administração, independentemente da provocação de eventual interessado.

55

Para fins de delimitar políticas públicas envolvendo a gestão patrimonial do Estado *Alfa*, foi necessário promover um levantamento dos bens públicos que integram o patrimônio de tal ente federativo.

À luz do disposto na Constituição da República, assinale a opção que indica os bens que se enquadram na aludida situação.

(A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários e o mar territorial.
(B) Os terrenos de marinha e seus acrescidos e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
(C) Os potenciais de energia hidráulica, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
(D) As terras devolutas não compreendidas dentre aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental definidas em lei.
(E) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

Noções de Direito Constitucional

56

Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, foi constatada a ameaça à paz social no território do Estado *Delta*, o que levou os meios de comunicação social, as organizações não governamentais e as diversas estruturas de poder a se posicionar de modo favorável à decretação de uma medida de defesa do Estado e das instituições democráticas.

Na situação descrita, é correto afirmar que a medida passível de ser adotada é

(A) o estado de sítio.
(B) o estado de defesa.
(C) a intervenção federal.
(D) o estado de calamidade pública.
(E) a intervenção federal ou o estado de calamidade pública.

57

Nos termos da Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública é exercida

(A) pelo Tribunal de Contas da União exclusivamente, em razão de sua competência constitucional própria.
(B) pelo Poder Executivo, por meio de seus órgãos de controle interno, com posterior homologação do Poder Legislativo.
(C) pelo Ministério Público, como função essencial à Justiça, com atuação preventiva.
(D) de forma concorrente entre os três Poderes, em regime de cooperação federativa.
(E) pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, quanto à legalidade e à economicidade dos atos.

58

O Governador do Estado *Alfa,* ao editar o Decreto nº Y, regulamentando a Lei nº X, exorbitou o seu poder regulamentar. Ao constatar o ocorrido, um Deputado Estadual solicitou que sua assessoria analisasse a existência, ou não, de alguma medida passível de ser adotada na Assembleia Legislativa com o objetivo de suspender a eficácia do referido ato do Chefe do Poder Executivo.

Foi corretamente informado ao Deputado Estadual que a Assembleia Legislativa pode

(A) sustar, ela própria, a eficácia do decreto.
(B) instaurar o processo administrativo de controle de constitucionalidade.
(C) requerer a deflagração do processo judicial de controle concentrado de constitucionalidade.
(D) revogar o decreto, considerando a preeminência de sua deliberação coletiva sobre a deliberação monocrática do Governador.
(E) instaurar o processo próprio pela prática de crime de responsabilidade pelo Governador, o que acarretará a extinção do decreto em caso de condenação.

59

Um grupo de Deputados Estaduais apresentou projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* disciplinando os sistemas de loterias no âmbito do território estadual. O objetivo da proposição era o de conferir transparência, ampliar a auditagem e aumentar a confiabilidade dessa atividade.

Ao analisar a proposição legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu, corretamente, que

(A) o Estado *Alfa* tem competência residual para legislar sobre a matéria.
(B) o Estado *Alfa* deve permanecer adstrito às normas gerais editadas pela União.
(C) o Estado *Alfa* somente pode legislar sobre a matéria se houver autorização da União.
(D) os Municípios, não o Estado *Alfa*, devem legislar sobre a matéria, por se tratar de típico interesse local.
(E) a matéria é de competência legislativa comum entre os entes federativos, com preeminência das normas dos entes maiores sobre as normas dos entes menores.

60

Sobre a ordem econômica, de acordo com os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Subordina-se exclusivamente à lógica do livre mercado, vedada qualquer forma de intervenção estatal.
(B) Fundamenta-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, visando assegurar existência digna conforme os ditames da justiça social.
(C) Tem por finalidade assegurar a propriedade privada como valor absoluto e indisponível.
(D) Prioriza o crescimento econômico em detrimento da redução das desigualdades regionais e sociais.
(E) Afasta a atuação do Estado na regulação econômica, salvo em hipóteses excepcionais expressamente previstas.

61

Após o curso regular do processo legislativo, o Município *Alfa* editou a Lei nº X. Tão logo realizada a publicação, o Partido Político *Sigma* passou a defender a incompatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República, mais especificamente com um direito fundamental, o que o levou a cogitar a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o órgão jurisdicional competente.

Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

(A) Somente é cabível o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
(B) O controle somente pode ser deflagrado perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado, isto por se tratar de lei municipal.
(C) Por se tratar de afronta à Constituição da República, é vedado que o Tribunal de Justiça realize o controle.
(D) Somente é cabível o ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
(E) O controle pode ser deflagrado perante o Tribunal de Justiça ou perante o Supremo Tribunal Federal.

62

No âmbito de uma comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado *Gama*, foi debatido se a publicidade institucional de certo programa assistencial desenvolvido por órgão da Administração Pública direta estaria em conformidade com a sistemática constitucional.

No curso dos debates, foi observado corretamente que a referida publicidade

(A) deve ser previamente autorizada pelo Poder Legislativo.
(B) somente pode ter por objeto campanhas, não programas assistenciais.
(C) é vedada, o que decorre do princípio da moralidade administrativa.
(D) pode conter nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos, desde que isto não caracterize desvio dos seus objetivos.
(E) está limitada à promoção pessoal do Governador do Estado *Gama*, não podendo ser utilizada para esse fim em relação aos demais servidores.

63

O Chefe do Poder Executivo do Estado *Delta* editou o Decreto nº X, criando a área de proteção ambiental *Alfa* (APAA), que foi devidamente delimitada no referido ato, tendo por objetivo assegurar a proteção dos remanescentes de vegetação nativa e estimular atividades de recreação e educação ambiental.

Em razão de alterações do direcionamento político estadual, especialmente quanto à política habitacional e o desenvolvimento econômico, foi identificada, anos depois, a necessidade de serem revistos os limites da APAA.

Na situação descrita, é correto afirmar que

(A) a alteração dos limites da APAA deve ser promovida por lei estadual.
(B) somente o Governador do Estado *Delta* possui legitimidade para alterar os limites da APAA.
(C) os limites da APAA não podem ser alterados, em razão do direito fundamental ao meio ambiente.
(D) os limites da APAA não podem ser alterados, pois, por imperativo constitucional, têm natureza meramente declaratória, não constitutiva.
(E) os limites da APAA somente podem ser alterados em razão da superveniência de lei nacional que modifique as normas gerais que embasaram a edição do decreto.

64

Durante a análise das contas anuais do Governador do Estado *Alfa,* relativas ao exercício financeiro de 2024, o Tribunal de Contas estadual emitiu parecer prévio recomendando a rejeição das contas, em razão de irregularidades na execução orçamentária e no cumprimento de limites constitucionais.

Ao apreciar o tema, surgiram dúvidas entre os parlamentares acerca do alcance das competências do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo no exercício do controle externo.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) O controle externo é função típica do Poder Legislativo, sendo exercido com o auxílio técnico do Tribunal de Contas competente.

(B) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Chefe do Poder Executivo possui natureza técnica e opinativa, não vinculando juridicamente o Poder Legislativo.

(C) Os gestores, cujas contas foram rejeitadas por Tribunais de Contas sem condenação a ressarcir os cofres públicos, podem se candidatar em eleições.

(D) O Tribunal de Contas detém competência constitucional para julgar as contas do Chefe do Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo referendar sua decisão.

(E) O Tribunal de Contas exerce competências constitucionais próprias, inclusive sancionatórias, mas não substitui o Poder Legislativo no julgamento político das contas anuais do Chefe do Executivo.

65

O Governador do Estado *Alfa* encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa, abrangendo todas as estruturas de poder e instituições autônomas.

No âmbito da comissão permanente com competência na matéria, o projeto foi analisado, sendo emitido parecer favorável a uma emenda que direcionava recursos a um programa social, a partir da anulação de despesas afetas a programa social diverso, o que se mostra compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa

(A) não apresenta incorreções.

(B) somente apresenta incorreção em relação à apresentação de emendas no âmbito da comissão permanente, pois deveriam ser apresentadas em plenário.

(C) somente apresenta incorreção em relação à análise do projeto por uma comissão permanente, o que deveria ser feito por comissão especial constituída para esse fim.

(D) somente apresenta incorreção em relação à emissão de parecer favorável à anulação de despesa afeta a um programa social, de modo a direcionar recursos para programa diverso.

(E) somente apresenta incorreção em relação ao fato de o Governador do Estado *Alfa* ter encaminhado projeto abrangendo as demais estruturas de poder e instituições autônomas, as quais têm autonomia para fazê-lo.

66

João, que mora às margens de um rio no Estado do Rio de Janeiro, vivendo da pesca, constatou uma drástica redução de peixes nas áreas em que pesca desde a sua juventude.

Ao se inteirar das razões dessa redução, percebeu que ela estava associada ao início das operações de uma grande indústria, que vinha despejando resíduos industriais, sem qualquer tratamento, no referido rio.

Preocupado com a referida situação, procurou um profissional da área jurídica e o consultou sobre a possibilidade de adotar alguma medida que esteja diretamente amparada pela ordem constitucional. Afinal, ao seu ver, um eleitor assíduo, como ele, não deve se limitar a votar, devendo efetivamente participar da evolução do ambiente sociopolítico.

À luz desse quadro, foi corretamente informado a João que

(A) ele pode impetrar Mandado de Segurança, com o pedido de punição dos responsáveis.

(B) ele pode ajuizar uma Ação Civil Pública, com os pedidos de cessação da poluição do rio e de punição dos responsáveis.

(C) não há nenhuma medida judicial que ele possa adotar, mas pode exercer o Direito de Petição para que a secretaria competente exerça a fiscalização da indústria.

(D) apesar não haver nenhuma medida judicial que possa adotar pessoalmente, ele pode representar ao Ministério Público para o ajuizamento da cabível.

(E) ele pode ajuizar uma Ação Popular, com os pedidos de cessação da poluição do rio e de reparação dos danos causados.

67

Após ampla mobilização das lideranças partidárias, foi decidido, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, que deveria ser objeto de delegação ao Governador do Estado a competência para editar uma lei sobre determinada temática.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que a delegação

(A) somente pode ter por objeto matéria orçamentária.

(B) deve ser solicitada pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

(C) exige que o projeto de lei seja apreciado pela Assembleia Legislativa.

(D) é vedada, considerando que a função legislativa é indelegável.

(E) somente pode ter por objeto matéria reservada à lei complementar.

68

Foi noticiado em diversos veículos de comunicação social que o Município *Beta*, situado no Estado *Alfa*, não vinha aplicando o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que ensejou debates em relação à possibilidade, ou não, de ser decretada a intervenção no referido ente federativo.

Na situação descrita, é correto afirmar que

(A) a intervenção pode ser decretada pela União ou pelo Estado *Alfa*.
(B) o pedido de intervenção é decidido pela Assembleia Legislativa, mediante provocação de legítimo interessado, e, uma vez acolhido, é executado pelo Governador do Estado.
(C) a decretação da intervenção pressupõe o ajuizamento de ação interventiva perante o Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*.
(D) a situação descrita não consubstancia fato idôneo à suspensão do pacto federativo, com a decretação da intervenção.
(E) o decreto interventivo é subscrito pelo Governador do Estado *Alfa* e posteriormente apreciado pela Assembleia Legislativa.

69

Considerando os princípios orçamentários e as alterações constitucionais mais recentes, assinale a afirmativa correta.

(A) O *princípio da anualidade* impede a execução de despesas plurianuais autorizadas no PPA.
(B) O *orçamento público* possui natureza meramente administrativa, sem relevância jurídica.
(C) A *vinculação de receitas* é amplamente permitida como técnica ordinária de gestão fiscal.
(D) O *orçamento* deve refletir escolhas democráticas e está sujeito ao controle político e técnico.
(E) O *controle orçamentário* limita-se à legalidade formal da lei orçamentária aprovada.

70

No que se refere ao Ciclo Orçamentário e às atribuições do Poder Legislativo, assinale a afirmativa correta.

(A) O Poder Legislativo pode iniciar projeto de Lei Orçamentária Anual, desde que respeitados os limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(B) A emenda parlamentar ao projeto de Lei Orçamentária Anual pode criar despesa sem indicação da fonte de custeio.
(C) O Legislativo exerce papel meramente formal na apreciação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
(D) As emendas ao projeto de lei orçamentária devem ser compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(E) A rejeição da Lei de Diretrizes Orçamentárias não impede a execução provisória da Lei Orçamentária Anual no exercício seguinte.

Noções de Administração

71

A Ouvidoria Geral do Município do Rio de Janeiro revisou seus protocolos de atendimento após identificar que muitos cidadãos relatavam dificuldade em compreender as respostas oficiais e em acessar informações básicas sobre os serviços. Buscando reforçar o atendimento como elemento central da legitimidade do Estado, o gestor decidiu adotar medidas de transparência, simplificação e orientação ativa ao usuário.

Sobre a hipótese apresentada, considerando os fundamentos legais aplicáveis ao atendimento público, assinale a afirmativa correta.

(A) A Lei nº 12.527/2011 assegurou ao cidadão o direito de obter informações de forma clara e objetiva, impondo ao órgão público o dever de orientar sobre os procedimentos e facilitar o acesso, o que impacta diretamente na qualidade do atendimento.
(B) O Decreto nº 9.094/2017 estabeleceu diretrizes para a simplificação administrativa, mas não tratou da linguagem usada no atendimento, focando em reduzir etapas processuais internas.
(C) A transparência prevista na Lei nº 12.527/2011 circunscreveu-se ao fornecimento de documentos, dispensando a forma como o servidor conduz o atendimento ou explica informações técnicas.
(D) O Decreto nº 9.094/2017 determinou que a simplificação de serviços ocorre de modo digital, não alcançando atendimentos presenciais ou telefônicos, reforçando o dever de atendimento adequado.
(E) A legislação aplicável ao atendimento público não associou transparência e simplicidade à legitimidade institucional, pois tais princípios estão restritos ao planejamento interno das políticas públicas.

72

A redação oficial exige que o texto reflita a posição institucional do órgão que comunica, observando a finalidade, o assunto e o destinatário.

Sobre a elaboração de documentos como pareceres, notas técnicas e ofícios, considerando essas características, assinale a afirmativa correta.

(A) O emissor é identificado pela autoridade signatária, que representa a posição funcional do servidor responsável pelo documento.
(B) O conteúdo pode considerar temas correlatos ao interesse público, ainda que não estejam diretamente vinculados às competências do órgão que comunica.
(C) A impessoalidade permite que o redator adote escolhas estilísticas próprias, desde que mantenha coerência com o padrão institucional.
(D) A comunicação é realizada pelo serviço público, devendo tratar de assunto pertinente às atribuições do órgão emissor.
(E) O destinatário é definido como o órgão, a entidade ou a pessoa diretamente relacionado à tramitação administrativa do documento.

73

Os arquivos podem ser classificados segundo o valor dos documentos que abrigam, considerando a frequência de uso e a finalidade administrativa ou histórica.

De acordo com a terminologia arquivística, assinale a opção que indica o conjunto documental caracterizado pelo uso administrativo imediato e que está vinculado às atividades rotineiras da instituição.

(A) Intermediário.
(B) Iconográfico.
(C) Permanente.
(D) Pessoal.
(E) Corrente.

74

Durante uma reunião para reestruturar o fluxo de atendimento em uma Secretaria de Estado, a equipe começou a apresentar divergências que dificultaram o andamento dos trabalhos.

Embora todos concordassem com a meta de reduzir o tempo de resposta ao cidadão, surgiram discordâncias acentuadas sobre a distribuição de responsabilidades, quem deveria executar determinadas etapas e qual seria a melhor sequência das atividades. A tensão crescente exigiu a intervenção da coordenação para mediar o conflito e retomar o diálogo.

Considerando as técnicas de comunicação e relacionamento, a situação descrita caracteriza um conflito

(A) de relacionamento, pois a origem do impasse está na incompatibilidade emocional e nos atritos pessoais entre os membros da equipe.
(B) de tarefa, uma vez que a discordância central envolve a definição dos objetivos e a natureza do trabalho que deve ser realizado.
(C) de poder, já que o conflito emerge da disputa por influência e controle político sobre decisões estratégicas da Secretaria.
(D) de processo, pois as partes reconhecem a meta comum, mas divergem sobre como executá-la, quais etapas priorizar e como organizar a rotina de trabalho.
(E) interorganizacional, dado que as tensões são próprias de equipes compostas por profissionais de diferentes instituições com políticas conflitantes.

75

Uma autarquia planeja reformar sua estrutura organizacional com o objetivo de reforçar a legitimidade de suas decisões e aumentar a previsibilidade dos resultados administrativos.

O grupo técnico responsável optou por adotar princípios inspirados na burocracia de tipo ideal formulada por Weber, destacando elementos como o predomínio da autoridade legal, a separação entre o ocupante do cargo e os meios de administração e a estrutura hierárquica claramente definida. Entretanto, parte da equipe argumentou que a simples adoção dessas características formais não garantia, por si só, maior racionalidade, podendo inclusive gerar rigidez excessiva e baixa adaptabilidade às mudanças do ambiente institucional.

Sobre a situação apresentada, considerando a análise de Weber sobre a dominação legítima e burocracia, assinale a opção que melhor expressa o fundamento teórico que sustenta a adoção do modelo burocrático.

(A) A burocracia é fundamentada na autoridade tradicional, pois sua legitimidade deriva da continuidade das práticas organizacionais e da sucessão dos gestores ao longo das gerações administrativas.
(B) A racionalidade da burocracia decorre do predomínio da autoridade carismática, que garante obediência pela devoção ao dirigente e fortalece a eficácia dos processos administrativos.
(C) A burocracia ideal é sustentada pela autoridade legal-racional, que estabelece bases impessoais de obediência e permite a coordenação eficiente de grandes contingentes de servidores submetidos a regras formais.
(D) A eficiência burocrática deriva principalmente da autonomia pessoal dos funcionários, que detêm propriedade dos meios administrativos e podem ajustar livremente seus métodos de trabalho.
(E) O modelo burocrático depende de relações pessoais diretas entre superiores e subordinados, garantindo flexibilidade nas ordens e permitindo que o cargo seja apropriado pelo seu titular.

76

Durante o processo de implementação de uma política estadual de mobilidade urbana, uma auditoria independente identificou que os indicadores de desempenho usados pelo Executivo não correspondiam às metas originalmente aprovadas na Lei Orçamentária Anual.

Paralelamente, organizações da sociedade civil apresentaram denúncias ao Poder Legislativo sobre a execução financeira do programa, apontando possível desvio entre a dotação autorizada e as despesas efetivamente liquidadas. Diante do cenário, a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa iniciou uma investigação formal, acionando o Tribunal de Contas para subsidiar tecnicamente a análise.

Considerando o ciclo de políticas públicas e as competências constitucionais do Poder Legislativo em matéria de controle externo, assinale a afirmativa correta.

(A) A atuação do Tribunal de Contas restringe-se à emissão do parecer prévio sobre as contas do chefe do Executivo, não podendo produzir auditorias operacionais que subsidiem o monitoramento da política.

(B) A avaliação de políticas públicas é competência exclusiva do Executivo, razão pela qual o Legislativo não pode interferir no mérito da política, apenas aprovar leis orçamentárias e fiscalizar contratos específicos.

(C) O Legislativo não pode avaliar a implementação da política, limitando-se a julgar a legalidade da execução financeira após o encerramento do exercício, o que impede sua intervenção durante a implementação.

(D) O controle externo exercido pelo Legislativo não abrange denúncias da sociedade civil, pois estas devem ser dirigidas exclusivamente à Controladoria-Geral do Estado ou aos órgãos internos de controle.

(E) A fiscalização parlamentar pode ocorrer simultaneamente à implementação, permitindo ao Legislativo examinar os resultados, a execução orçamentária e a aderência das ações às metas aprovadas, com apoio técnico do Tribunal de Contas.

77

A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos implementou um novo procedimento para a coleta de resíduos em feiras livres. A mudança incluiu roteiros padronizados, *checklists* de inspeção e uma rotina detalhada de conferência dos equipamentos antes da saída das equipes.

Após dois meses, verificou-se que os caminhões passaram a cumprir pontualmente os horários programados e que o tempo médio de coleta por ponto foi significativamente reduzido. Contudo, moradores dos bairros atendidos informaram que a quantidade de resíduos abandonados, após a feira, continuava alta, sem alteração perceptível na limpeza final das vias.

Considerando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública, a situação descrita indica que a medida apresentou

(A) aumento da eficiência, pois houve aprimoramento dos procedimentos internos e maior fluidez operacional, embora o resultado do serviço não tenha sido atingido.

(B) aumento da eficácia, já que o desempenho programado foi cumprido e parte das metas operacionais foi alcançada, mesmo sem alterar substancialmente o problema público.

(C) aumento da efetividade, uma vez que ajustes internos podem representar avanços iniciais na resolução do problema percebido pela comunidade.

(D) redução da eficiência, pois a reorganização dos processos não gerou mudança sensível nos indicadores percebidos pelos usuários do serviço.

(E) ausência de eficácia, mas evidência de efetividade, porque a padronização tende a consolidar resultados duradouros, mesmo sem impacto imediato para o cidadão.

78

Uma Central de Atendimento ao Cidadão do governo estadual iniciou a revisão de seus padrões de atendimento após constatar aumento de filas, reclamações sobre a desorganização no ambiente físico e dificuldades de acesso a canais digitais.

A gestão buscou alinhar o serviço às boas práticas de padronização, integrando carta de serviços, sistema de senhas e atendimento multicanal (presencial, telefônico, eletrônico e digital), além de melhorar a ambientação do espaço para torná-lo mais acolhedor e sinalizado.

Considerando os princípios de organização e padronização do atendimento ao cidadão, assinale a afirmativa correta.

(A) A carta de serviços tem função meramente informativa e não influencia o planejamento dos canais de atendimento, pois cada unidade pode definir livremente seus padrões de execução.

(B) A adoção de sistemas de senhas e de agendamento integra práticas de padronização que auxiliam na previsibilidade do atendimento, na redução de filas e na organização do fluxo de usuários.

(C) A melhoria do ambiente físico, com sinalização e mobiliário adequados, é recomendada somente para serviços de saúde, não sendo considerada boa prática para outros tipos de atendimento.

(D) O atendimento multicanal prioriza o uso dos meios digitais, substituindo a necessidade de manter canais presenciais, especialmente em serviços de alta demanda.

(E) Canais eletrônicos, como *e-mail* e protocolo digital, não fazem parte do conceito de atendimento multicanal, pois não envolvem interação direta com os servidores públicos.

79

As funções administrativas descritas por Fayol influenciaram a formulação posterior do modelo PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar).

Considerando as definições clássicas de Fayol e sua correspondência com as funções modernas da Administração, assinale a opção que associa, corretamente, as atividades do gestor ao elemento do PODC com o qual elas se vinculam.

(A) A harmonização das atividades e a sintonia entre as equipes correspondem à função de organizar.
(B) A verificação sistemática do desempenho e a identificação de desvios correspondem à função de dirigir.
(C) A análise antecipada do futuro e o estabelecimento de objetivos correspondem à função de planejar.
(D) A orientação direta dos empregados e o estímulo à motivação correspondem à função de controlar.
(E) A estruturação dos recursos materiais e sociais da empresa corresponde à função de dirigir.

80

A Secretaria Estadual de Administração Pública propôs adotar um modelo fortemente inspirado na *Nova Gestão Pública* (NGP), enfatizando excelência gerencial, indicadores de produtividade, atendimento ao cliente, competição interna e contratos de desempenho. Parte da equipe técnica, porém, alertou que certas premissas teóricas da NGP podem produzir efeitos indesejados.

Considerando as críticas à *Nova Gestão Pública*, assinale a opção que melhor expressa um limite estrutural do gerencialismo quando aplicado ao setor público.

(A) A NGP pressupõe a homogeneidade dos serviços públicos, o que facilita a identificação precisa dos clientes e permite que todos sejam tratados como consumidores individuais com preferências claramente expressas.
(B) A NGP é baseada na suposição de que os servidores são motivados exclusivamente por espírito público, o que mitiga o uso de incentivos individuais vinculados ao desempenho.
(C) A NGP fortalece a legitimidade democrática ao substituir processos deliberativos por mecanismos de escolha individual de serviços, permitindo que os cidadãos decidam isoladamente a alocação dos recursos públicos.
(D) A NGP elimina conflitos de interesse porque a lógica do consumidor assegura distribuição equilibrada dos recursos públicos, já que todos manifestam suas preferências de maneira igualitária.
(E) A NGP adota valores do mercado que tendem a favorecer grupos com maior capacidade de vocalização, podendo gerar desigualdades na responsividade estatal e deslocar a atenção do interesse público para demandas particulares.

Realização